

- INTRODUÇÃO

É muito comentada a especificidade do setor agrícola de apresentar alto nível de risco - tanto em termos de variabilidade de rendimento físico em função de adversidade climáticas, pragas e doenças quanto em termos de variabilidade de preços de venda dos produtos, sobre os quais os produtores não têm, em geral, poder de influência, tal como ocorre nos setores oligopolizados da economia, decorrendo disso uma grande variabilidade da renda bruta agrícola.

Ocorre porém que o risco climático é diferente para as diferentes culturas, dado que algumas são mais resistentes a intempéries ou pragas e doenças, além de que culturas diferentes estão em estágios diferentes de seu ciclo evolutivo no momento da ocorrência de intempéries, (uma geada forte em junho afeta diferentemente cafezais, laranjas, pastagens e cana viais, não atinge as culturas de verão e pode beneficiar algumas culturas de inverno).

Também o risco de preços na ocasião da colheita difere entre as culturas, dado que os vários produtos agrícolas têm seus preços amparados por mecanismos mais ou menos eficientes, que vão dos preços mínimos aos preços administrados e ao recurso às importações e exportações.

Assim sendo, é preciso analisar melhor o que se chama de risco da agricultura e que parcela dele é realmente inerente à natureza da atividade (ou melhor, atividades a que se dedica o setor) e que parcela pode ser eliminada através da introdução, na administração das empresas agrícolas, de critérios que visem a redução do seu nível de risco, tal como ocorre nas empresas que operam em outros setores. A introdução desses critérios poderia ser incentivada através de instrumentos de política orientados para promover a diversificação. Embora essa incorporação à política de crédito possa trazer resultados mais significativos, por seu caráter mais determinante sobre a atividade agrícola, neste trabalho vamos nos concentrar na proposta de uma política de seguros, apesar de seu caráter relativamente complementar entre os instrumentos de política agrícola, da a relação inversa praticamente óbvia existente entre diversificação de atividades e risco do empreendimento, que pretendemos explorar para a for mulação de uma política de seguros agrícolas expressamente voltada para

forçar a diversificação.

A hipótese sobre a qual trabalharemos é a de que o seguro agrícola pode ser utilizado como instrumento de política no sentido de promover a diversificação da agricultura através da implantação de um sistema de prêmios decrescentes em função da redução do risco decorrente da própria diversificação das atividades e que esse sistema seja mais racional em termos de recursos envolvidos do que o atual Prô-agro, onde a receita de prêmios cobre apenas 1/2 das indenizações de sinistros, sendo o restante coberto pelo Banco Central.

A política de seguros que temos em mente visa cobrir parcialmente apenas a variabilidade de produção física, devendo a variabilidade de preço ser reduzida pela garantia de compra pelos preços mínimos, sendo que a ação combinada destes dois instrumentos somaria efeitos no mesmo sentido. Apesar disso a implantação desse sistema de seguro, ao favorecer a diversificação de atividades, deve reduzir também a variabilidade da renda bruta, pois dificilmente uma empresa diversificada encontrará preços graves para todas as suas linhas de produção num mesmo ano.

Cabe salientar que o rebaixamento do risco agrícola seria benéfico para toda a economia, pois o risco gerado na agricultura se propaga para os outros setores, principalmente se não houver uma política deliberada de estoques reguladores e controle de preços, ficando então a população consumidora diretamente exposta aos acidentes produtivos da agricultura. Na eventualidade de quedas acidentais de produção (bem como nas estruturais) os demais setores da economia têm reduzida a massa de salários destinada à aquisição de bens não agrícolas, ou não encontram volume suficiente de matéria-prima para operar, ou sofrem redução no volume de vendas de insumos aos produtores lesados.

A redução do risco do setor agrícola deve ser buscada através de uma reorganização da produção que contemple, entre outros, esse objetivo, pois o fato do Estado absorver parte dos prejuízos, como vem fazendo através do Prô-agro, em nada contribui para reduzir o risco das atividades econômicas em geral desenvolvidas no país.

Ao longo deste trabalho pretendemos fazer uma estimação grosseira do risco associado a cada cultura, baseando-nos em dados médios para o Estado de São Paulo, ao longo do período 48/75. Pretendemos mostrar, através da aplicação de princípios estatísticos, que o risco associado à com